



## Comissão acerta apoio dos três Poderes contra supersalários

Temer disse a senadores que ministro vai ajudar nos trabalhos, e presidentes de tribunais superiores defenderam fim do efeito cascata nos reajustes

**A**té terça-feira deve ser apresentada proposta para acabar com os salários no poder público que ultrapassam a remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (hoje equivalente a R\$ 33,7 mil). Ontem os senadores da comissão que vai preparar a proposta se reuniram com o presidente da República, Michel Temer, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e com os presidentes de tribunais superiores — incluindo Cármen Lúcia, do Supremo.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, rebateu críticas da Associação dos Juizes Federais à iniciativa. **3**



Senadores debatem a iniciativa com presidentes do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho

Marcos Oliveira/Agência Senado



Renan Calheiros se reúne com líderes para definir calendário de votações

### Senado deve votar limite de gastos e reforma política este ano

As propostas que devem ter prioridade nas votações do Senado de terça-feira até o fim do ano foram definidas ontem em reunião de líderes. Entre elas,

estão as que tratam de limite de gastos públicos, reforma política, jogos de azar, abuso de autoridade e repatriação de recursos. **5**

### Requião relatará projeto de abuso de autoridade

Em substituição a Romero Jucá, Roberto Requião assumiu ontem a relatoria do projeto de lei que aumenta o rigor contra o abuso de autoridade. O novo relator disse que é a favor de investigações e que a proposta não tem o objetivo de atrapalhar a Lava Jato. Renan Calheiros, autor do projeto, quer votá-lo ainda neste ano. **3**

### Nova regra para teleatendimento divide opiniões

Em audiência pública, trabalhadores de teleatendimento e empresas do setor divergiram sobre principais pontos de projeto que regula a atividade. Para representante das empresas, o texto busca um regimento “que vai além da CLT”. Empregados defendem aprovação da proposta, que define jornada de trabalho e intervalos. **7**

### Plenário da Câmara é invadido e sessão é cancelada

A sessão do Congresso que estava agendada para ontem teve de ser cancelada porque o Plenário da Câmara dos Deputados foi invadido à tarde por mais de 50 manifes-

tantes, que pediam intervenção militar e o fechamento do Parlamento. Eles foram retirados à força pela polícia legislativa. Senadores repudiaram a invasão. **4**



Manifestantes invadem Plenário da Câmara durante sessão deliberativa: grupo teve de ser retirado por policiais

Marcos Oliveira/Agência Senado

### Debatedores criticam proposta que institui Escola sem Partido

O projeto de Magno Malta que institui o Escola sem Partido foi duramente criticado em debate realizado ontem na Comissão de Educação.

Os participantes consideraram que o texto desqualifica professores e estudantes, afronta a democracia e fere a Constituição. **8**



Audiência presidida por Fátima (C) na Comissão teve tradutora em Libras

Edilson Rodrigues/Agência Senado

**MP do Ensino Médio ficará 60 dias a mais no Congresso **8****

**Especialistas pedem investimentos em previsão do clima **5****

**Texto altera norma para contribuição sindical anual **6****

**Receitas do Orçamento de 2017 serão votadas hoje **2****

# Comissão pode votar hoje receitas do Orçamento 2017

Contando com repatriação de recursos, relator elevou em R\$ 13,2 bilhões a estimativa de arrecadação

O RELATÓRIO DE Receitas do Orçamento de 2017 pode ser votado hoje pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O texto, do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), eleva a arrecadação federal em R\$ 13,2 bilhões. O montante seria proveniente da repatriação de recursos do exterior. Com a reabertura do prazo de regularização de ativos movimentados por brasileiros fora do país, a expectativa é que a receita de 2017 aumente.

Desse valor, R\$ 10,1 bilhões representam receita para o governo federal. O restante (R\$ 3 bilhões) será transferido para estados e municípios.

No total, as receitas primárias no próximo ano, após a reestimativa efetuada pelo relator, somam R\$ 1,407 trilhão. O governo havia estimado essa receita em R\$ 1,393 trilhão, número que consta da proposta orçamentária enviada ao Congresso. As receitas primárias abrangem a arrecadação com

tributos, royalties, concessões e dividendos das estatais.

Antes da reunião deliberativa de hoje, a CMO faz audiência pública com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, às 9h30. Ele comparecerá ao Congresso para a prestação de contas quadrimestral do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelece a Lei Complementar 141/2012.

A reunião de ontem da comissão foi cancelada por falta de quorum.

## Irregularidades

Na próxima semana, a Comissão Mista de Orçamento fará duas audiências públicas para debater questões relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves dentro do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017. As audiências estão marcadas para segunda-feira, às 14h30, e terça-feira, às 17h.

A discussão vai ser feita a pedido do coordenador do

Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), senador Telmário Mota (PDT-RR).

Na segunda-feira, serão ouvidos dirigentes dos seguintes órgãos públicos: Eletrobras Termonuclear, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Fundo Nacional de Saúde (FNS), Ministério do Esporte e Infraero. Na terça-feira, será a vez de gestores do Ministério da Integração Nacional, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Petrobras.

Os debates deverão contar ainda com a participação de representante do Tribunal de Contas da União (TCU).

O COI é um dos quatro comitês permanentes da CMO, composto por cinco a dez parlamentares indicados pelas lideranças partidárias.

(Com Agência Câmara)



Senadores Lidice, Vanessa Grazziotin, Bezerra e Jorge Viana na COP-22

## Em Marrakech, Brasil defende sobretaxa a produtos poluentes

No nono dia de trabalhos da 22ª Conferência do Clima (COP-22) em Marrakech, em Marrocos, a delegação brasileira debateu precificação do carbono com o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Alfredo Sirkis. A precificação do carbono ocorre quando se impõe taxa a empresa ou produto que emite gases de efeito estufa ou quando se atribui valor econômico às ações de redução dessas emissões.

Para o relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o Brasil precisa debater o assunto de forma mais contundente e se alinhar a exemplos internacionais, como o Canadá e a França.

Ele afirma que a discussão nem sequer foi iniciada no Brasil, mas precisa ser colocada. Bezerra propõe que, na avaliação de uma reforma tributária, sejam considerados mecanismos que permitam sobretaxar os produtos que contribuem para a poluição.

Os senadores que participam da COP-22 acompanharam o discurso do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, na plenária principal do evento.

— Além de destacar que o Brasil está fazendo sua parte, ele [o ministro] ressaltou as novas metas indispensáveis

para que todos os países cumpram. Especialmente a ideia de que os países possam garantir as emissões de carbono num patamar menor — disse Lidice da Mata (PSB-BA).

Também foi lançada pelo governo brasileiro a plataforma Biofuturo, um programa global de estímulos à produção de biocombustíveis. O evento teve a participação da Agência Internacional de Energia, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e de representantes de países como China, Estados Unidos, Finlândia, França e Reino Unido, que serão apoiadores da plataforma que trabalhará na difusão de tecnologia e de desenvolvimento de biocombustíveis e bioquímicos.

## Delegação brasileira

A participação do Brasil é essencial na discussão mundial sobre mudanças climáticas, disse o negociador-chefe da COP-22, o embaixador marroquino Aziz Mekouar. Ele elogiou a qualidade técnica e política da delegação do país nas negociações do Acordo de Paris, em 2015, e na elaboração da regulamentação das diretrizes em curso nesta COP.

— A participação do Brasil é essencial. A qualidade dos negociadores brasileiros é única. O nível técnico e político é um dos melhores — avaliou.



Flexa Ribeiro (à mesa, à esq.) coordena reunião da Comissão de Orçamento, que acabou cancelada por falta de quorum

## Fátima condena projeto que cria Escola sem Partido

O projeto que institui a Escola sem Partido é inconstitucional e traria retrocesso à educação brasileira, disse Fátima Bezerra (PT-RN), ao comentar em Plenário a audiência sobre o tema realizada ontem pela Comissão de Educação. A senadora, que presidiu a reunião, destacou que todos os debatedores presentes foram unânimes contra a proposta (PLS 193/2016).

— A escola não pode estar dissociada do contexto onde ela está inserida e, portanto, não pode se omitir do debate, seja no que diz respeito às questões de gênero, de orientação sexual, de religião, de raça e de etnia — afirmou Fátima.

## Regina Sousa critica editorial sobre Bolsa Família

O editorial de terça-feira do jornal *O Estado de S. Paulo*, com críticas ao Bolsa Família, é “infeliz” e tem a intenção de dar motivos para o governo Temer acabar com o programa, afirmou Regina Sousa (PT-PI). Segundo a senadora, dados do Ministério do Desenvolvimento Social mostram que, desde 2005, é feito o controle do atendimento de critérios pelos beneficiários.

Em 11 anos, disse ela, mais de 3 milhões de famílias saíram do programa por não precisarem mais do benefício, o que demonstra a criação de oportunidade de autonomia.



## Malta repudia salários acima do teto constitucional

Magno Malta (PR-ES), que participa da comissão que investiga os salários que extrapolam o teto constitucional, disse ontem em Plenário que o Senado pratica o abate-teto, para evitar a irregularidade.

Ele afirmou que a prática também é adotada pelo Poder Executivo desde 2012, representando economia de R\$ 800 milhões, e que, segundo a ministra Cármen Lúcia, não há extrateto também no Supremo. O senador disse que há super-salários no Judiciário de vários estados, graças a “penduricalhos”, como o auxílio-moradia, que fazem com que salários de desembargadores possam variar de R\$ 60 mil a R\$ 100 mil por mês.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CDH Banesprev

9h Audiência pública interativa para debater a cobrança de contribuições de funcionários e aposentados do Banesprev.

### CMO Ministro da Saúde

9h30 Audiência com Ricardo Barros sobre prestação de contas do SUS. Após, vota relatório de Receitas do Orçamento.

### CRE Sabatina

10h Sabatina de Cesário Melantonio Neto, indicado para a embaixada do Brasil na Grécia. Logo depois, leitura de relatórios.

### COMISSÃO DO EXTRATETO Janot

11h A Comissão Especial do Extrateto se reúne com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

### PRESIDÊNCIA Gilberto Kassab

11h Renan Calheiros recebe o ministro da Ciência e Tecnologia. Depois, reunião da Mesa. Às 14h30, preside sessão deliberativa.

### PLENÁRIO PEC do Teto de Gastos

14h30 Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 55/2016, que limita os gastos públicos.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Três Poderes apoiam grupo contra supersalários

Senadores da Comissão Especial do Extrateto estiveram ontem reunidos com o presidente Michel Temer, ministros de tribunais superiores e o presidente da Câmara

OS INTEGRANTES DA Comissão Especial do Extrateto, encarregada de elaborar uma proposta para dar fim aos chamados supersalários, se encontraram ontem com o presidente da República, Michel Temer, com presidentes de tribunais superiores e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

De acordo com Kátia Abreu (PMDB-TO), relatora da comissão, na reunião, Temer declarou apoio à iniciativa e designou o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, para auxiliar nos trabalhos. Segundo a senadora, o Poder Executivo economizou R\$ 800 milhões desde 2012 ao não pagar os supersalários.

Ainda segundo Kátia Abreu, a comissão terá a participação de dois deputados para fechar um acordo em torno de uma proposta que acabará com os supersalários. O objetivo, disse a relatora, é apresentar na próxima terça-feira uma proposta a ser discutida na comissão e posteriormente apresentada ao Plenário do Senado.

O encontro com os presidentes dos tribunais superiores ocorreu pela manhã. Na ocasião, os senadores que integram a comissão sugeriram o fim do chamado efeito cascata no caso de reajuste dos ministros do Supremo.

Ao receber a Comissão do Extrateto, Rodrigo Maia mencionou um projeto de lei de autoria do Executivo que tramita na Câmara e trata dos vencimentos de todo o funcionalismo. A proposta (PLC 3123/2015), enviada ao Congresso no ano passado, inclui no chamado abate-teto 38 possibilidades, entre elas, verbas de representação, adicionais como anuênios, gratificações, adicionais a exemplo do noturno e auxílio-moradia.

Kátia Abreu disse que a Comissão do Extrateto deverá apresentar uma versão consensual, já que projeto do Executivo



Antonio Anastasia, Kátia Abreu, Otto Alencar, Michel Temer, Magno Malta, Lasier Martins e José Aníbal: comissão de senadores deve apresentar uma proposta na terça-feira

é considerado muito rígido. Ela afirmou que será discutida a possibilidade de aposentadorias recebidas por políticos pelo exercício de outras funções públicas não ser incluída no teto.

— Estamos falando da aposentadoria contributiva, aquela que eu paguei para ter. Não estamos convictos desse caso. Queremos ouvir mais pessoas. Mas está em aberto porque a pessoa contribuiu, pagou pela aposentadoria durante o seu período de trabalho, e, de repente, resolve trabalhar novamente. Isso é um ponto que temos que debater e que é possível que permita essa separação — afirmou.

## Efeito cascata

Os presidentes de tribunais superiores disseram aos senadores da comissão que não há supersalários nessas cortes.

Participaram do encontro os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz; do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes; e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra.

Os magistrados se comprometeram a entregar lista com eventuais gratificações ou auxílios que extrapolem o teto salarial de R\$ 33,7 mil, o equivalente ao vencimento de um ministro do STF. Segundo Kátia Abreu, a presidente do Supremo fará um levantamento das ações relacionadas para que a Corte edite uma súmula com validade em todo o país.

A senadora destacou que há unanimidade quanto ao fim do efeito cascata dos salários. Ela explicou que hoje os tribunais estaduais se valem

de liminar para que o reajuste do STF seja repassado automaticamente para juízes e desembargadores.

— Nós só precisamos que o CNJ [Conselho Nacional de Justiça], no caso, defina sobre a liminar do ministro do STF Luiz Fux que autorizou essa cascata sem lei. Se os desembargadores dos estados querem aumentar os seus salários, eles que aprovem em lei, e não em cascata. Porque aí cada estado, cada assembleia, vai estudar seu orçamento e saber se é possível dar ou não — disse Kátia.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, argumentou que, em meio ao ajuste fiscal, não há espaço para privilégio em nenhum dos Poderes.

— O Senado, desde 2013, estabeleceu o teto para o seu servidor público. Foi a primeira instituição do Brasil que fez isso. Isso não isenta o Senado. A proibição de não receber mais que do que a Constituição permite é para todos os Poderes. Não adianta a Ajufe [Associação dos Juizes Federais do Brasil], com notas, colocar a carapuça e tentar dizer que o Senado está se dirigindo unicamente ao Judiciário. Estamos nos dirigindo aos três Poderes.

A Comissão Especial do Extrateto se reunirá hoje com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para discutir os cortes no Executivo e no Ministério Público.

## Renan: revisão será nos pagamentos de todos os servidores

Renan Calheiros rebateu recentes críticas da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) à iniciativa do Senado de rever folhas de pagamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de identificar servidores que recebem remuneração acima do teto constitucional.

No dia 12, o presidente da Ajufe, Roberto Veloso, disse que a iniciativa tem como objetivo “inviabilizar o re-

ajuste dos salários da magistratura” e “atrapalhar investigações”.

— Se fazem isso para inibir o Senado, eles definitivamente não vão conseguir. No momento em que estamos estabelecendo critérios para o gasto público, não tem sentido que alguém ganhe mais do que a Constituição permite. E não adianta dizer que isso vai acontecer por desejo de A, B ou C. Não é por desejo de ninguém indivi-

dualmente; é por desejo da sociedade brasileira, que quer ver a Constituição cumprida — afirmou Renan.

Para o senador, impedir que algum servidor ganhe acima do teto é questão de coerência.

— Não se pode fazer limite de gasto público e conviver com salários milionários de marajás. O Brasil não tolera isso e o Senado definitivamente não vai fechar os olhos.

## Requião assume relatoria do projeto do abuso de autoridade

Roberto Requião (PMDB-PR) foi escolhido ontem relator do projeto que pune abuso de autoridade. O PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), está na Comissão da Consolidação de Legislação Federal e Regulamentação da Constituição.

O relator disse que a proposta não tem o objetivo de comprometer as negociações da Operação Lava Jato:

— A primeira pergunta que faço aos que dizem que o projeto atrapalha a Lava Jato é: em que pontos atrapalha? Sou favorável à continuação das investigações e desse processo todo que está

ajudando a expor a corrupção no Brasil.

Requião, que substitui Romero Jucá (PMDB-RR) na relatoria, disse ser urgente colocar um freio em abusos do Legislativo, da polícia, do Ministério Público e do Judiciário.

— Ninguém quer atrapalhar investigações em curso, mas sim acabar com o arbítrio e com as coisas rigorosamente ilegais, típicas de Estados fascistas. Querem se considerar acima da sociedade e da lei. Isso tem que acabar.

O PLS 280/2016 define os crimes de abuso de autoridade cometidos por agente da administração pública, ser-

vidor ou não, da União, dos estados e dos municípios no exercício da função.

Renan afirma que a Lei 4.898, que trata de abuso de autoridade, é de 1965 e está defasada. Para ele, é preciso repensá-la, para proteger os direitos e garantias previstos na Constituição.

Estão previstas duas sessões temáticas no Plenário. A primeira será no dia 23, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia. A segunda será em 1º

de dezembro, com o juiz federal Sérgio Moro e outras autoridades.

Renan disse que o projeto poderá ser votado ainda neste ano e lamentou as manifestações de entidades de juizes contrárias ao texto.

— Essa matéria foi apresentada em uma comissão da qual participaram os ministros [do STF] Teori Zavascki e Gilmar Mendes, além do consultor jurídico Everardo Maciel. Eu não acredito que ninguém venha para o Congresso defender abuso de autoridade. A democracia é incompatível com abuso de autoridade.

# Após invasão, sessão do Congresso é cancelada

Militantes invadiram Plenário da Câmara e foram retirados à força por policiais. Senadores chamaram protesto de antidemocrático e pediram ação enérgica das autoridades

A SESSÃO DO Congresso Nacional que estava agendada para ontem foi cancelada depois que mais de 50 manifestantes invadiram o Plenário da Câmara dos Deputados, local em que ocorrem as sessões conjuntas de deputados e senadores.

Os manifestantes pediam intervenção militar e o fechamento do Congresso. Eles foram retirados à força pela Polícia Legislativa da Câmara e pela Polícia Federal.

Por causa da invasão, ocorreu no início da tarde, a sessão plenária da Câmara teve de ser suspensa e só foi retomada no começo da noite. Na volta dos trabalhos, o presidente da Casa, Rodrigo Maia, afirmou que as atividades dos deputados continuariam, mas que a sessão do Congresso estava cancelada.

Ainda não foi agendada uma nova sessão do Congresso, destinada à votação de vetos presidenciais, créditos adicionais e destaques à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017.

A invasão do Plenário da Câmara foi duramente criticada pelos senadores. Raimundo Lira (PMDB-PB) classificou os invasores de golpistas e disse



Manifestantes interrompem a sessão da Câmara, momentos antes de serem expulsos por policiais legislativos e federais

que o Congresso deveria pedir ao Ministério da Defesa uma tropa especial para desalojá-los da Câmara.

— Nós sabemos que invasão de um Parlamento democrático é golpe de Estado, e a Constituição brasileira tem todas as cautelas, todas as medidas que poderão ser usadas contra golpistas. Não são militantes, são golpistas — acusou.

## Atentado

Também Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou ações severas para a retirada dos manifestantes. Ele considerou o protesto um “atentado” e acrescentou que o Senado e o Supremo Tribunal Federal

poderiam ser os próximos alvos de manifestações semelhantes.

— É hora de usar-se a força necessária para restabelecer a ordem. O que está havendo é uma desordem. E nós não podemos admiti-la, sob pena de compactuar com tudo isso.

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), também cobrou rigor. Segundo ele, a invasão da Câmara é uma ação ilegal, promovida por “um grupo de pressão que pretende obstaculizar ou impedir o funcionamento de um dos Poderes da República”:

— Esse é um fato da maior gravidade, que deve merecer o repúdio de todos nós. Eu não quero nem saber qual é

a causa que eles pretendem defender. Não me interessa. O que eu posso dizer, e creio que esse é o ponto de vista de muitos dos nossos colegas, é que esse comportamento não se sustenta diante da ordem democrática. É um comportamento criminoso que deve ser punido com o maior rigor e não pode ser tolerado.

## Baderneiros

Aloysio declarou ser preciso uma atuação firme das forças de segurança e também uma atitude do Poder Judiciário e do Ministério Público de defesa intransigente da ordem democrática.

Gleisi Hoffmann (PT-PR),

por sua vez, classificou o protesto de “intolerante e agressivo” e questionou como os manifestantes conseguiram entrar na Casa. Ela afirmou que foram os mesmos a interromper pela manhã, aos gritos, a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em que era debatido o Escola sem Partido.

— Para nós colocarmos os estudantes aqui na semana passada para acompanhar a discussão da PEC [do Teto de Gastos] e da MP [do Ensino Médio], foi uma negociação quase infundável. E diziam que eles eram baderneiros. Quem é baderneiro? Quem vem aqui acompanhar uma audiência e lutar pelos seus interesses ou quem quebra a porta da Câmara, entra no Plenário, não tem uma bandeira fixa e vai lá apenas para causar problemas?

Fátima Bezerra (PT-RN) também cobrou uma posição do Congresso, lembrando que na semana passada até spray de pimenta foi jogado nos estudantes.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) sublinhou que uma nação cujo Parlamento é invadido e impedido de funcionar perde a condição de democracia.

## Senado produz estudos técnicos sobre PEC do Teto de Gastos

Desde junho, quando começou a tramitar no Congresso a proposta de emenda à Constituição que institui um limite para os gastos públicos por 20

anos (PEC 55/2016, no Senado, e PEC 241/2016, na Câmara), a Consultoria Legislativa do Senado tem publicado estudos sobre os impactos, a necessida-

de e a constitucionalidade da medida. As análises técnicas abordam vários aspectos da possível mudança constitucional e são de responsabilidade de

seus autores, sendo úteis à formação de opinião dos cidadãos e do próprio Congresso Nacional. Veja os links no quadro abaixo.

### Conheça os trabalhos da Consultoria Legislativa

**Boletim Legislativo 49** Comentários sobre a PEC que Institui o Novo Regime Fiscal ▶ <http://bit.ly/BoletimLegislativo49>

**Boletim Legislativo 53** As Inconstitucionalidades do Novo Regime Fiscal Instituído pela PEC 55/2016 (PEC 241/2016 na Câmara dos Deputados) ▶ <http://bit.ly/BoletimLegislativo53>

**Boletim Legislativo 54** A PEC 55/2016 e Seus Impactos sobre os Gastos Primários e o Endividamento Público ▶ <http://bit.ly/BoletimLegislativo54>

**Boletim Legislativo 55** Comentários sobre a PEC do Teto de Gastos Públicos Aprovada na Câmara dos Deputados: necessidade e constitucionalidade da medida ▶ <http://bit.ly/BoletimLegislativo55>

**Boletim Legislativo 56** A PEC 241 é a Única Saída para a Crise Fiscal? Argumentos a Favor de uma Alternativa Socialmente Mais Justa e Economicamente Mais Eficaz ▶ <http://bit.ly/BoletimLegislativo56>

**Boletim Legislativo 57** A PEC 55/2016 e Seus Impactos sobre a Federação, os Gastos Primários e o Endividamento Público ▶ <http://bit.ly/BoletimLegislativo57>

**Textos para Discussão 217** A PEC do Teto de Gastos Públicos é Necessária? Estudo do Endividamento Federal Após o Plano Real ▶ <http://bit.ly/TextosParaDiscussao217>

### Limite para dispêndios do governo levará a regressão social, alerta Requião

Se a PEC do Teto de Gastos não for arquivada, disse Roberto Requião (PMDB-PR), “o Brasil será levado a uma regressão social brutal”. Segundo ele, a proposta, “apoiada pela mídia e pelo mercado, tem como objetivo congelar investimentos em áreas vitais por 20 anos”. O senador citou o congelamento do valor do salário mínimo e dos investimentos em saúde e educação.

Requião também criticou campanhas de governo e do mercado que, para ele, despertam em setores da população “os piores demônios” quando classificam opositores da PEC de comunistas e traidores da pátria.



### Para Gleisi, gestão Temer usa crise como pretexto para tirar direitos sociais

Gleisi Hoffmann (PT-RR) rebateu os argumentos do governo para tentar aprovar a PEC do Teto de Gastos. Segundo ela, ao contrário do que dizem, as despesas não cresceram descontroladamente. A senadora argumentou que o crescimento dos gastos se mantém desde 1998. Ela aponta uma crise conjuntural, que atinge também outros países e fez as receitas caírem.

Para Gleisi, em vez de cortar despesas, o governo precisa investir para que a economia volte a crescer. A senadora disse que o governo usa uma crise que não é só do Brasil para tentar tirar direitos da população.



### Educação e saúde vão exigir do governo mais investimentos, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que a aprovação da proposta de emenda à Constituição que fixa um teto para as despesas públicas causará sérios prejuízos aos brasileiros, porque não garantirá os investimentos necessários para a saúde e a educação.

Ele explicou que, por causa da crise, muitos brasileiros estão abandonando os planos de saúde e migrando para o Sistema Único de Saúde (SUS). Muitos alunos também estão deixando as escolas particulares e se transferindo para as públicas. Com isso, são necessários mais recursos para os dois setores, advertiu.

O senador advertiu que o envelhecimento da população e o consequente aumento do número de habitantes exigirão do país mais investimentos.

### Proposta deveria tratar dos juros da dívida pública, sugere Ângela

Ângela Portela (PT-RR) afirmou que o governo e o Congresso deveriam discutir formas de fazer o país voltar a crescer, única maneira de, em sua opinião, ajustar as contas sem limitar as despesas públicas nos próximos 20 anos, como estabelece a PEC do Teto de Gastos. Para ela, a PEC promoverá o corte de investimentos em saúde, educação, assistência social, ciência e outros setores. Ao mesmo tempo, lembrou, a proposta não toca na parte do Orçamento destinada ao pagamento dos juros da dívida pública.

No discurso, ela também defendeu a PEC que elimina o foro privilegiado.



# Senado define pauta de votações até fim do ano

Líderes decidiram calendário que inclui propostas polêmicas como teto para despesas públicas, abuso de autoridade e liberação de cassinos, além do Orçamento para 2017

**LIMITE DE GASTOS**, reforma política, fim do abuso de autoridades e segunda etapa da repatriação de recursos são algumas das propostas que o Senado quer votar até o fim do ano. As prioridades foram estabelecidas ontem em reunião de líderes.

As votações devem começar na terça-feira, com o projeto de reforma do Imposto sobre Serviços (ISS). O substitutivo da Câmara (SCD) 15/2015 fixa em 2% a alíquota mínima do imposto, para acabar com a guerra fiscal entre os municípios, e amplia a lista de serviços alcançados pelo tributo.

No começo da semana que vem, os senadores também podem votar em segundo turno um dos pontos da reforma política. A PEC 36/2016 acaba com as coligações partidárias

nas eleições proporcionais (vereadores e deputados) e cria uma cláusula de barreira para os partidos. O objetivo é diminuir o número de legendas.

Já a PEC 113A/2015, que acaba com a reeleição para cargos do Executivo, pode ser votada em 30 de novembro. O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), considera um equívoco a decisão do Congresso de aprovar em 1997 a emenda que abriu a possibilidade.

## Limite

Um dos destaques nas votações até meados de dezembro é a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016). O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o texto será analisado em primeiro turno em 29



Renan Calheiros (à mesa, à esq.) se reúne com líderes dos partidos para decidir as prioridades da pauta do Senado

de novembro e em segundo turno em 13 de dezembro. A expectativa é promulgar a emenda em 15 de dezembro.

Outro projeto que pode gerar polêmicas trata do abuso de autoridades (PLS 280/2016). Por isso, os líderes marcarão dois debates para ouvir

representantes do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As discussões estão marcadas para 23 de novembro e 1º de dezembro, e a votação, para 6 de dezembro. Roberto Requião (PMDB-PR) é o novo relator do texto, em

substituição a Romero Jucá (PMDB-RR).

Também controverso é o projeto que regulamenta jogos de azar (PLS 186/2014), como cassino, bingo e jogo do bicho. De Ciro Nogueira (PP-PI), o texto define os jogos a serem explorados, critérios para autorização e regras para distribuição de prêmios. A votação deve ser em 7 de dezembro.

A pauta é encerrada com o exame da Lei Orçamentária Anual (PLN 18/2016) em 14 de dezembro, no Plenário do Congresso. A proposta, que define como devem ser aplicados os recursos públicos, precisa antes ser aprovada na Comissão Mista de Orçamento.

Renan considera que, ao cumprir o cronograma, o Senado vai manter a tradição de aprovar propostas que interessam ao país:

— Vamos terminar o ano legislativo da mesma forma que começamos, votando as matérias que significam o interesse nacional.

## Calendário até dezembro

Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
<b>22/11</b> • Votação do SCD 15/2015 (ampliação da abrangência do ISS) • Votação do PLS 405/2016 (repatriação de recursos) • Sessão de debates temáticos sobre a PEC 55/2016 (teto de gastos) • Votação em 2º turno da PEC 36/2016 (reforma partidária)	<b>23/11</b> • Sessão de debates temáticos sobre o PLS 280/2016 (projeto de abuso de autoridade); convidados: Gilmar Mendes, Rodrigo Janot e Claudio Lamachia • Votação do PLS 554/2011 (audiência de custódia)	<b>17/11</b> • Votação do PLC 195/2015 (ampliação do prazo máximo de contratos entre empresas) <b>24/11</b> • Votação do PLS 406/2016 (desburocratização do Código Tributário Nacional) • Votação do PLC 30/2015 (regulamentação da terceirização)
<b>29/11</b> • Votação em 1º turno da PEC 55/2016 (teto de gastos) • Votação do PLS 204/2016 (securitização da dívida)	<b>30/11</b> • Votação em 1º turno da PEC 113A/2016 (reforma política) • Votação em 1º turno da PEC 62/2015 (desvinculação de subsídios) • Votação em 1º turno da PEC 111/2015 (veda MPs que modifiquem contratos)	<b>1º/12</b> • 2ª sessão de debates temáticos sobre o PLS 280/2016 (projeto de abuso de autoridade); convidados: Sérgio Moro e representantes do MP e da OAB • Votação do PLS 52/2013 (agências reguladoras) • Votação do PLS 559/2013 (reforma da Lei de Licitações)
<b>6/12</b> • Continuação da votação do PLS 559/2013 (reforma da Lei de Licitações) • Votação do PLS 280/2016 (abuso de autoridade)	<b>7/12</b> • Votação do PLS 186/2014 (regulamentação dos jogos de azar) • Votação em 1º turno da PEC 57/2016 (desburocratização)	<b>8/12</b> • Continuação das votações do dia anterior • Votação em 2º turno da PEC 62/2015 (desvinculação de subsídios) • Votação em 2º turno da PEC 111/2015 (veda MPs que modifiquem contratos)
<b>13/12</b> • Votação em 2º turno da PEC 55/2016 (teto de gastos) • Votação em 2º turno da PEC 113A/2016 (reforma política) • Votação em 2º turno da PEC 57/2016 (desburocratização)	<b>14/12</b> • Votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) no Congresso	<b>15/12</b> • Promulgação das PECs 55 e 113A

## Reforma de imposto municipal será votada no Plenário na terça

O Senado concluiu ontem a discussão do projeto de reforma do Imposto sobre Serviços (ISS). Na tentativa de acabar com a guerra fiscal entre os municípios, o texto fixa em 2% a alíquota mínima do tributo. Também amplia a lista de serviços alcançados pelo imposto.

Segundo Romero Jucá (PMDB-RR), autor do projeto (PLS 386/2012 — Complementar), a votação dos destaques e do texto final no Plenário ocorrerá na terça-feira.

A versão apresentada é o substitutivo aprovado pelos deputados ao texto de Jucá (SCD 15/2015). Uma das principais mudanças feitas na Câmara é a cobrança do encargo onde a operação ocorreu — em casos específicos, como cartão de crédito ou débito, *factoring* (aquisição de direitos de crédito) e *leasing* (arrendamento mercantil) —, e não no município sede da administradora do cartão ou da empresa financeira.

A regra geral é a cobrança do imposto no local do estabelecimento que presta o serviço.

## Para especialistas, previsão do tempo precisa de mais tecnologia

Pesquisa, recursos humanos e tecnologia são fundamentais para uma previsão do tempo mais precisa e confiável no Brasil, disseram os participantes da audiência pública realizada ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O modelo global de previsão do tempo é defendido pelo pesquisador Haroldo Fraga de Campos Velho, do Laboratório Associado de Computação e Matemática, como o “principal motor da pesquisa no Brasil”, tendo à frente o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC).

— Para tornar essa previsão competitiva, é preciso aumentar a resolução do modelo, fazer muito mais cálculo no mesmo tempo. O segredo é comprar

uma máquina mais potente — disse.

Para o professor Pedro Leite da Silva Dias, da Universidade de São Paulo (USP), o Brasil está “perdendo terreno” em relação à capacidade de previsão no cenário internacional.

— Não é só comprar o computador. Você precisa ter também uma articulação muito maior entre o setor operacional e o setor de pesquisa, os recursos humanos. Aí entra a articulação com o setor acadêmico. E tem que ter atualização mais frequente.

Para Antônio Moura, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a melhoria da previsão do tempo está ligada a vários fatores, como investigações da comunidade científica,

desenvolvimento e manutenção de sensores e tecnologia espacial.

— Além do monitoramento diário e da previsão regional, a previsão climática sazonal também é importante.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), por exemplo, tem 500 estações que coletam dados a cada hora, transmitidos por satélites. O trabalho é desenvolvido com a Defesa Civil e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

— De 2016 a 2019, queremos ser uma referência nos trópicos em pesquisa, produtos e modelagem do sistema e evoluir na previsão de eventos extremos, na previsão do tempo atual, da qualidade do ar e da circulação costeira — disse Moura.

## Setor elétrico

Francisco Arteiro, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ressaltou a parceria com os centros de previsão do clima. Com base na previsão de temperatura, por exemplo, é determinada a geração de energia a ser utilizada no dia seguinte. Informações sobre descargas atmosféricas e ventos também influenciam.



Comissão de Ciência e Tecnologia debate a importância para o país de previsão do clima confiável

Projeto que favorece também pessoas com deficiência determina cobrança fracionada em minutos pelo uso dos espaços reservados nos estacionamentos em todo o país

# Avança texto sobre vaga de idoso em aeroportos

ESTACIONAMENTOS DE AEROPORTOS em todo o país terão de fazer cobrança fracionada, por minutos, pelo uso de vagas reservadas a idosos e pessoas com deficiência. É o que determina proposta aprovada ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI).

Hoje é comum a cobrança pela hora cheia em estacionamentos de todo o país. Um consumidor que permaneça apenas 45 minutos no local, por exemplo, é obrigado a pagar por 1 hora.

O projeto, que segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é um substitutivo da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ao PLS 408/2015, de autoria do senador Hélio José (PMDB-DF).

O projeto original determina que aeroportos disponibilizem 10% de vagas gratuitas nos estacionamentos. A



Ao lado de Roberto Muniz, Flexa Ribeiro lê o relatório favorável à proposta na reunião da Comissão de Infraestrutura

proposta também exige que idosos e pessoas com dificuldade de locomoção sejam contemplados com vagas próximas às entradas dos aeroportos.

De acordo com a proposta aprovada no colegiado, o preço por minuto será, no máximo, o cobrado dos demais usuários

no mesmo período, dividido pela duração do período de cobrança em minutos. O descumprimento acarretará o pagamento de multa no valor de R\$ 500 por ocorrência.

“Concordamos com o autor no sentido de que esses usuários são prejudicados pela atual política de cobrança da

maioria dos estacionamentos dos aeroportos, que impõem um tempo de desistência muito pequeno, de 10 a 20 minutos, o que é insuficiente para que uma pessoa com mobilidade reduzida busque ou deixe um parente ou amigo no terminal”, argumenta Rose de Freitas no relatório, que foi

lido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ontem.

No que diz respeito à reserva de 10% de vagas gratuitas, prevista na proposta original, a senadora argumentou que “embora as intenções do autor sejam louváveis, a proposta poderia criar mais problemas do que soluções, pois as vagas gratuitas estariam permanentemente ocupadas, seja porque os usuários em longas viagens teriam incentivos a deixar seus automóveis lá por dias seguidos, seja porque a própria existência de vagas gratuitas estimularia mais pessoas a ir ao aeroporto de carro na esperança de encontrá-las vazias”.

De acordo com Rose, para uma pessoa com mobilidade reduzida, a certeza de haver um local adequado disponível para estacionamento é mais importante do que uma eventual gratuidade.

## Comissão aprova aumento dos royalties de Itaipu para a cidade de Guaíra, no PR

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto de lei que destina ao município de Guaíra (PR) 8% dos royalties devidos pela Itaipu Binacional aos estados e municípios brasileiros afetados pela construção do reservatório da usina hidrelétrica. O PLC 94/2015 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Guaíra foi a cidade mais afetada pelo projeto de Itaipu devido à perda do Salto de Sete Quedas, um dos pontos turísticos mais conhecidos do país na época e responsável por boa parte da receita municipal.

Segundo o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o objetivo é reparar essa injustiça. A construção do lago de Itaipu inundou o Salto de Sete Quedas em 1982. Localizada na fronteira com o Paraguai, às margens do Rio Paraná, a cidade recebeu US\$ 80 milhões a título de compensação financeira entre 1985, data em que a hidrelétrica começou

a operar, e maio de 2016. O valor, informado pela Itaipu Binacional, fica bem abaixo das perdas impostas ao município, de acordo com Serraglio.

Para ele, porém, o critério prejudicou Guaíra, já que os outros 15 municípios afetados com o lago tiveram perdas apenas de áreas agricultáveis.

A mudança não afetará o bolso dos contribuintes, conforme observou o relator, senador Telmário Mota (PDT-RR). O parecer dele foi lido na reunião de ontem pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

“O projeto não aumenta o custo para o consumidor final, por alterar apenas a distribuição da parcela que cabe ao Brasil. Dessa forma, não vemos óbice para aprovação da proposição, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos avaliar o impacto da mudança proposta nas finanças dos entes da Federação que perderão receita em detrimento do ganho do município de Guaíra”, argumenta.

## Projeto muda contribuição sindical de empresas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 61/2016) que atualiza o valor da contribuição sindical anual paga por trabalhadores autônomos, profissionais liberais e empregadores. Pelo texto, os valores serão corrigidos anualmente em janeiro, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O INPC, novo indexador, substituirá o chamado Maior Valor de Referência (MVR). Previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como índice de correção, o MVR foi extinto em 1991, por meio de medida provisória que foi convertida em lei em 2002.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), afirma que a proposta tem por objetivo encerrar a controvérsia sobre a correção das contribuições.

— Advém a necessidade de sua atualização como forma

de se assegurar a viabilidade administrativa e financeira das entidades sindicais no seu mister de bem representar os profissionais liberais e a eles assemelhados — disse

No caso dos trabalhadores com vínculo empregatício, a contribuição corresponde à remuneração de um dia de trabalho. Assim, explica Paim, por conta dos reajustes nas datas-bases (ou, em última hipótese, ao reajuste anual do salário mínimo), a base de cálculo vem sendo atualizada.

### Valores iniciais

O projeto também fixa os valores de partida das contribuições. Para profissionais liberais, R\$ 217,20 por ano. O texto autoriza os servidores públicos a optarem por pagar a contribuição unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, e não à do cargo que ocupa. Para os autônomos, o valor anual será de R\$ 89,66.

Já para as empresas, assim como os profissionais liberais

e autônomos organizados em empresa, o texto define em R\$ 179,32 a contribuição mínima anual (empresas de pequeno porte). Para empresas maiores, há uma tabela progressiva, calculada em função do capital social da organização. Para companhias com capital social superior a R\$ 239 milhões, o valor chega a R\$ 84,4 mil por ano.

O reajuste aumentará a arrecadação para a União, detentora de 20% da contribuição do empregador e 10% do recolhimento feito pelo empregado, pela lei atual. Os recursos alimentam o Fundo de Amparo ao Trabalhador, usado para pagar o seguro-desemprego.

O texto inicial da Câmara previa a cobrança de imposto sindical patronal sobre micros e pequenas empresas enquadradas no Simples e pequenos agricultores, mas houve contestações e prevaleceu o argumento de que o aumento de custos poderia estimular a informalidade.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Edison Lobão (2º à dir.), presidente da CAS, coordena debate com Maria Paiva, Odete Reis e Cláudio Tartarini: projeto prevê intervalo de descanso a cada 50 minutos

## Empresas e trabalhadores divergem sobre regras para teleatendimento

Projeto em debate regula jornada de telemarketing. Ministério detalha práticas de assédio moral e empresas condenam regras além da CLT

NOVAS REGRAS PARA o teleatendimento geraram divergência ontem em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Representantes dos empregados e das empresas do setor não entraram em consenso sobre os principais pontos do projeto que regula a atividade.

O PLC 12/2016, do ex-deputado Jorge Bittar, prevê que a jornada regular de trabalho para quem atua no setor não deverá ser superior a 6 horas diárias e 36 horas semanais. Dispõe que, a cada período de 50 minutos de trabalho, deverá haver intervalo mínimo de 10 minutos para descanso incluído na jornada. E determina ainda que o trabalho em tempo parcial em teleatendimento ou telemarketing não excederá 4 horas diárias e 24 horas semanais.

Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fenattel), Maria Paiva pediu aos senadores que apoiem a proposta da forma como veio da Câmara. Desse modo, poderá seguir para sanção presidencial sem retornar para nova análise dos deputados.

Ela criticou o modelo de gestão das empresas do se-

tor, baseado no que definiu como “busca intransigente da maximização do lucro, com práticas discricionárias de terceirização, assédio moral, alta rotatividade de mão de obra, remuneração mínima, precarização e consequente adoecimento dos funcionários”.

Maria Paiva disse que grande parte da atividade é exercida por mulheres jovens, do Nordeste, entre 18 e 24 anos de idade, que recebem um salário mínimo. Na maior parte das vezes, afirmou, essa é a primeira oportunidade de trabalho que elas têm na vida.

— Grandes empresas do setor recebem incentivos fiscais de governos e praticam superexploração de mão de obra barata, sem contrapartida, em nome da geração de empregos. É a forma como a atividade é organizada que tem provocado tantas doenças fruto de jornadas exaustivas e altamente estressantes — disse.

Segundo ela, o projeto não esgota as reivindicações dos trabalhadores, mas o considera “perfeitamente factível de aprovação” neste momento.

A auditora-fiscal do Trabalho Odete Reis apresentou estudo sobre teleatendimento feito pelo Ministério do Tra-

balho e Emprego entre 2013 e 2015, confirmando o quadro descrito por Maria Paiva.

— Nossa fiscalização alcançou 185 mil trabalhadores e só aí os débitos chegam a quase R\$ 2 bilhões, consequência da terceirização indiscriminada, salários e FGTS não pagos, além de multas — criticou.

Segundo Odete, a auditoria do ministério também detectou o assédio moral como um modus operandi naturalizado em praticamente todas as empresas do setor, especialmente nas de grande e médio porte. Confirmou ainda que o pagamento do salário mínimo é a praxe na área, visto que, para receber mais, os funcionários têm que alcançar metas “praticamente inatingíveis”.

A auditora criticou o que chamou de “obsessão” das empresas pelo monitoramento dos funcionários, controlando idas ao banheiro, frases que são ditas nos atendimentos e até mesmo a entonação e o sorriso dos teleatendentes. O estudo, disse ela, mostrou que existem avaliações negativas em quesitos como “atrasos no lanche” (de cerca de 2 minutos) e até mesmo a indumentária, que geram penalizações aos empregados.

— Esse quadro de banalização do assédio moral tem gerado muitas doenças, como as osteomusculares, transtornos mentais e distúrbios urinários, da visão, auditivos e vocais. Repercussões de uma atividade marcada por práticas reiteradas de controle, medo e estresse — disse.

### Crise no setor

Cláudio Tartarini, da Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), disse que a entidade apoia a busca de um consenso sobre o projeto. Afirmou que o setor tem sofrido com a crise, tendo encolhido 5,3% no ano passado, e condenou que o projeto “busque um regramento que vai além da CLT”.

— Da forma como está, existe, sim, o risco de gerar ainda mais desempregados nessa área se não for alterado — disse Tartarini, ressaltando o papel do teleatendimento na geração de milhares de empregos em cidades de médio porte no Nordeste, ou mesmo em São Paulo, para jovens em busca de uma primeira oportunidade.

Disse ainda que 81% dos gastos das empresas do setor estão atreladas à folha de pagamentos.

### Alvaro propõe fim do foro privilegiado e pede apoio popular

Alvaro Dias (PV-PR) disse ter sido positiva a falta de quorum na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para votar ontem proposta dele que acaba com o foro privilegiado (PEC 10/2013).

Para Alvaro, com o adiamento, haverá mais tempo para mobilizar a sociedade contra esse privilégio que não deve ser mais aceito. Os cidadãos, disse o senador, exigem alterações na cultura política, nos métodos de ação e no sistema de governança.

— Num sistema democrático, é fundamental esse debate nas decisões do Legislativo.



Waldemir Barrera/Agência Senado

### Capiberibe defende gestão compartilhada entre governo e cidadão

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu um sistema de gestão compartilhada a fim de reaproximar governos e sociedade.

Ele explicou que esse sistema de acompanhamento dos gastos públicos permitirá a qualquer cidadão, com base nas informações dos portais de transparência, seguir o caminho percorrido pelo dinheiro dos impostos até que ele se transforme em obra ou em serviço público.

— O cidadão poderá acompanhar passo a passo receitas e despesas públicas, mas sobretudo projetos específicos. Para operar esses sistemas, vamos lançar mão das redes sociais.



Waldemir Barrera/Agência Senado

### Valdir Raupp destaca nova Olimpíada do Conhecimento

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou o sistema Sesi/Senai pela realização da Olimpíada do Conhecimento, que reuniu 1,2 mil jovens na etapa final, no fim de semana, em Brasília.

Segundo Raupp, os jovens puderam contribuir, com seus conhecimentos e criatividade, para o desenvolvimento de temas como manufatura e engenharias, tecnologias da informação e comunicação, engenharias agrícola e pecuária, transporte e logística.

Ele destacou que os organizadores souberam usar indicadores de competência para avaliar os projetos aprovados.



Waldemir Barrera/Agência Senado

### Produto diet pode ganhar gôndola exclusiva em mercados

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) obriga que supermercados tenham gôndola exclusiva para produtos dietéticos. A proposta (PLS 636/2015), de Dário Berger (PMDB-SC), segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Mesmo sem a obrigação em lei, grandes varejistas de alimentos já costumam destinar área específica a produtos para pessoas com hipertensão ou diabetes. Caso a proposta

vire lei, a obrigação valerá para todo o comércio, que deverá se adaptar em até 90 dias.

“A gôndola exclusiva facilitará o acesso dessas pessoas aos produtos que usualmente consomem, reduzindo o tempo para que encontrem o produto”, argumenta Dário na justificativa do projeto. Os diabéticos, segundo ele, serão os principais beneficiários.

Relatório favorável foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), como substituto

de Dalirio Beber (PSDB-SC). Flexa também destacou benefícios a diabéticos, registrando que o distúrbio já alcança cerca de 20 milhões de brasileiros.

Paulo Paim (PT-RS) questionou a necessidade de tornar obrigatória a criação das gôndolas exclusivas, mas disse que não manifestaria encaminhamento contrário à aprovação da proposta.

O texto terá decisão final na CMA. Se aprovado sem recurso, segue para a Câmara.

### Paim lamenta morte de Antônio Cechin, líder social gaúcho

Paulo Paim (PT-RS) informou que apresentará em Plenário requerimento de voto de pesar pela morte de Antônio Cechin, líder social, político e religioso do Rio Grande do Sul.

Ele morreu em Porto Alegre ontem aos 89 anos. Paim disse que Cechin era um apaixonado pelos pobres e acabou influenciando uma geração de militantes no país.

# Debatedores criticam Escola sem Partido

Audiência na Comissão de Educação não contou com a participação de um dos idealizadores do programa, Miguel Nagib, e mostrou forte resistência ao projeto de Malta

O PROGRAMA ESCOLA sem Partido, previsto em projeto de lei que tramita no Senado, desqualifica professores e estudantes, afronta a democracia e fere a Constituição, conforme os debatedores que participaram ontem da audiência na Comissão de Educação (CE).

Proposto por Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da CE, o debate analisou o PLS 193/2016, de Magno Malta (PR-ES), que inclui o programa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e o site criado pelo movimento em favor do programa.

Na avaliação de Fátima, a liberdade de discussão nas escolas é fundamental para que a educação exerça seu papel na construção do desenvolvimento das pessoas, do exercício da cidadania e de uma sociedade justa e solidária.

— A escola tem o dever de abrigar o debate da forma plural e o projeto vem cerceá-lo.

Subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat concordou com a senadora e disse que o projeto tenta conquistar adeptos com falso

discurso de neutralidade. Ela afirmou que a defesa da neutralidade política, ideológica e religiosa do projeto impede o pluralismo de ideias das escolas e a liberdade dos educadores, o que fere a Constituição. Deborah citou manifestações do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União, pela inconstitucionalidade da proposta.

Para Regina Sousa (PT-PI) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), o texto revela o avanço de valores conservadores e ameaça direitos sociais conquistados.

— Temos que ter muita resistência nesse momento, pois é um jogo que também envolve interesses econômicos. Escola sem Partido não é apenas para não se buscar consciência, mas para formar mão de obra que produza sem incomodar o status quo — afirmou Gleisi.

Representantes da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Camila Lanes, e da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, também criticaram.

— O projeto é parte de uma ofensiva para impor uma



Representante da UNE, Iago Montalvão fala na audiência pública da Comissão de Educação, presidida por Fátima (3ª à esq.).

formação acrítica, tecnicista e não emancipatória — disse Montalvão.

A opinião foi compartilhada por Cleo Manhas, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para quem o programa visa combater conquistas como a igualdade de gênero, a liberdade religiosa e os direitos de homossexuais.

Na avaliação do professor Fernando de Araújo Penna,

da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, o programa ameaça a educação democrática, pois tenta reduzir a atuação dos professores a uma relação de consumo.

— O professor é visto como mero prestador de serviço — observou ele, mostrando que os defensores do programa divulgam nas redes mensagens com conteúdo ofensivo a professores e

estudantes.

Apoiadores do programa chegaram a interromper o debate por alguns minutos, gritando palavras pela aprovação do PLS 193/2016, e foram retirados do local onde acontecia a audiência.

Fátima, que presidiu o debate, lamentou que o advogado Miguel Nagib, um dos propositores do Escola sem Partido, tenha recusado o convite para participar da audiência.

## Projeto ajusta carga horária de professores

Foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um projeto que autoriza o professor a dar aulas por mais de um turno numa mesma escola desde que não ultrapasse a jornada semanal de trabalho legalmente estabelecida. A proposta (PLC 45/2016) segue agora para o Plenário.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) hoje limita a jornada normal diária dos professores a quatro aulas consecutivas ou seis intercaladas. Assim, numa mesma escola, a jornada em sala de aula que excede esse limite é considerada serviço extraordinário, com pagamento de hora extra — no mínimo 50% sobre o valor da hora normal.



Paulo Paim diz que professor hoje é obrigado a se dividir entre várias escolas

Em relatório favorável ao projeto, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a regra vigente não atende o interesse de todos os professores. Segundo ele, aqueles que têm no magistério a atividade principal ficam privados de cumprir a totali-

dade da jornada de trabalho num mesmo estabelecimento. Por isso, a maioria precisa ter mais de um vínculo de trabalho, tendo que se deslocar de uma escola para outra para completar a carga necessária para compor a renda.

## Escolas do nível básico podem ter atendimento psicológico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo a projeto da Câmara (PLC 76/2011) que determina a obrigatoriedade de assistência psicológica a alunos e professores de educação básica.

A proposta será analisada agora pela Comissão de Educação (CE), em decisão final. Ou seja, poderá retornar direto para a Câmara, devido às alterações feitas pelo Senado, se não houver recurso para exame do Plenário.

O substitutivo, elaborado por Rose de Freitas (PMDB-ES), foi apresentado à CAS por Regina Sousa (PT-PI). Por

ele, a assistência psicológica poderá ser prestada, de modo complementar, por profissionais vinculados ao SUS, no caso das escolas públicas. Outra alteração feita no texto, apresentado em 2006 pela então deputada Professora Raquel Teixeira, estabelece prazo de 180 dias para implementar a assistência psicológica nas escolas. O parecer considerou prejudicado o PLS 557/2013, que se originou de sugestão do Senado Jovem (SUG 6/2013), apresentado pelos jovens senadores Dieleem Campos, Jaqueline Moro, Wênia Oliveira, Edson Dionizio e Rodrigo Sá.

## Senadores e deputados terão mais 60 dias para analisar MP da Reforma do Ensino Médio

O prazo de vigência da medida provisória que promove uma reforma no ensino médio foi prorrogado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Agora deputados e senadores terão mais 60 dias para analisar a MP 746/2016.

A medida, editada em 22 de setembro, ainda precisa ser votada na comissão mista antes de ser apreciada pelos Plenários da Câmara e do Senado. Especialistas e parlamentares defenderam, em audiência realizada ontem na comissão mista, que o prazo para debate

no colegiado seja estendido. O ato que prorroga a MP foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*. Com isso, os parlamentares sugeriram mais tempo para a comissão votar o relatório do senador Pedro Chaves (PSC-MS), que deve ser apresentado no dia 30.

— A medida tem validade até março. Poderia ter um prazo para a sociedade conhecer o texto e opinar — disse o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Em uma enquete do Portal E-Cidadania do Senado, até as 22h de ontem, mais de 71 mil

internautas haviam se manifestado contra a MP, e menos de 4 mil a favor.

Vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino



Angela Paiva, Pedro Chaves, Izalci Lucas, Rafael Galvão e Rodolfo Fiorucci

Superior (Andifes), Ângela Maria Paiva destacou que somente em 14 de dezembro a instituição consolidará um documento com considerações sobre a reestruturação do ensino médio.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) pediu que a MP seja retirada e que o debate seja feito por meio de projeto de lei.

Pedro Chaves disse que vai manter a data do dia 30 para o relatório e caberá ao presidente da comissão, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), decidir votá-lo ou não.